



RELATÓRIO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE HUMANA, 2017-2022, MOÇAMBIQUE

FICHA TÉCNICA	3
Prefácio	4
Acrónimos e abreviaturas.....	5
GLOSSÁRIO	6
1. INTRODUÇÃO	7
1.1. Contextualização.....	7
1.2. Objectivos	8
2. METODOLOGIA	8
3. RESULTADOS.....	9
3.1. Instituições que realizaram investigação em saúde em Moçambique.....	10
3.2. Distribuição das instituições que realizaram investigação em saúde por província.....	10
3.3. Distribuição do número de projectos de investigação por província.....	11
3.4. Perfil de Investigadores que realizam investigação em saúde em Moçambique	12
3.4.1. Sexo e faixa etária	12
3.5. Investigação em saúde realizada em Moçambique por Área Temática descrita na ANAPES	13
3.6. Projectos de investigação por âmbito.....	13
3.7. Projectos de investigação com aprovação ética e autorização administrativa	13
3.8. Papel do investigador nos projectos de investigação em saúde.....	14
3.9. Financiamento dos projectos de investigação em saúde em Moçambique.....	15
3.10. Área de cobertura de implementação dos projectos de investigação.....	15
3.11. Perfil de participantes dos projectos de investigação	16
3.12. Divulgação de resultados dos projectos de investigação implementados.....	17
3.13. Uso de Evidências Científicas para Formulação de Política de Saúde em Moçambique	18
4. PRINCIPAIS ACHADOS, DESAFIOS, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	19
4.1. Principais Achados.....	19
4.2. Desafios.....	19
4.3. Limitações	20
4.4. Recomendações	20
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21
6. ANEXOS	22

FICHA TÉCNICA

Direcção

Sérgio Chicumbe

Instituto Nacional de Saúde

Coordenação geral

Júlia Sambo Abchande

Instituto Nacional de Saúde

Isabel Mahumane

Instituto Nacional de Saúde

Equipa de Recolha de Dados

Alfredo Ramos

Instituto Nacional de Saúde

António Júnior

Instituto Nacional de Saúde

Clemência Niconde

Instituto Nacional de Saúde

Diocreciano Bero

Instituto Nacional de Saúde

Dorcia Mandlate

Direcção Provincial de Saúde de Inhambane

Edgar Arinde

Serviços Provinciais de Saúde de Niassa

Edi Fulai

Instituto Nacional de Saúde

Egídio Missage

Serviços Provinciais de Saúde de Niassa

Filipe Murgorgo

Direcção Provincial de Saúde de Manica

Isabel Mahumane

Instituto Nacional de Saúde

Ismail Chiposse

Direcção Provincial de Saúde de Gaza

Ivan Diamantino

Instituto Nacional de Saúde

Jackson Somar

Instituto Nacional de Saúde

Júlia Sambo Abchande

Instituto Nacional de Saúde

Leopoldina Jive

Instituto Nacional de Saúde

Ludovina Setimane

Instituto Nacional de Saúde

Nelson Mugaua

Instituto Nacional de Saúde

Nilsa de Deus

Instituto Nacional de Saúde

Njinjim Crisanto

Instituto Nacional de Saúde

Instituto Nacional de Saúde

Instituto Nacional de Saúde

Orlando Muianga

Instituto Nacional de Saúde

Comité de Redacção

Alexandre Mulhanga

Instituto Nacional de Saúde

Anísio Bule

Instituto Nacional de Saúde

António Júnior

Instituto Nacional de Saúde

Clara Vilanculos

Instituto Nacional de Saúde

Diocreciano Bero

Instituto Nacional de Saúde

Ermelinda Cubai

Instituto Nacional de Saúde

Ermelinda Guirruço

Instituto Nacional de Saúde

Esperança Guimarães

Instituto Nacional de Saúde

Eunésia Nhamué

Instituto Nacional de Saúde

Filimão Mutambe

Instituto Nacional de Saúde

Francisco Bambo

Instituto Nacional de Saúde

Isabel Mahumane

Instituto Nacional de Saúde

Ivan Diamantino

Instituto Nacional de Saúde

Júlia Sambo Abchande

Instituto Nacional de Saúde

Leopoldina Jive

Instituto Nacional de Saúde

Mércia Inroga Instituto

Instituto Nacional de Saúde

Orlando Muianga

Instituto Nacional de Saúde

Patrícia Ramgi

Instituto Nacional de Saúde

Revisão

Sérgio Chicumbe

Instituto Nacional de Saúde

Maquetização

Júlio manjate

Instituto Nacional de Saúde

Prefácio

A investigação científica é essencial para promover a saúde e bem-estar da população, contribuindo significativamente para a definição de políticas públicas em saúde, aplicação de intervenções fundamentadas em evidências e desenvolvimento de inovações tecnológicas que fortalecem a segurança sanitária. No entanto, em Moçambique, o sistema de investigação científica enfrenta persistentes desafios, incluindo a escassez de recursos financeiros, recursos humanos e a limitada tradução de resultados em políticas de saúde.

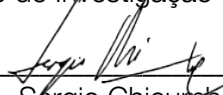
Esforços nas dimensões política, económica, social, tecnológica, contextual e legal foram levados a cabo nos últimos anos, no sentido de fortalecer, regulamentar e dinamizar a investigação em saúde humana em todo o território nacional. É neste contexto que o Relatório Nacional de Investigação em Saúde Humana de Moçambique apresenta-se como um marco importante para mapear e compreender as actividades de investigação em saúde realizadas no país entre 2017 e 2022. Elaborado pelo Instituto Nacional de Saúde (INS), este relatório proporciona uma visão abrangente do panorama científico em saúde, ilustrando as instituições em maior prontidão para colaborar com exercícios do género e na construção de sistemas de investigação, mas também identificando lacunas de conhecimento, áreas prioritárias para a investigação e oportunidades de colaboração.

O documento reflecte um esforço colaborativo de várias entidades a nível nacional e resulta de um processo metodológico sistemático que incluiu a recolha de dados em todas as províncias do país, a análise detalhada das variáveis de interesse para garantir a qualidade e a fiabilidade dos resultados. No entanto, importa referir que, para algumas variáveis, os dados reportados podem estar aquém dos reais processos e produtos nacionais da investigação em saúde humana no país, ressaltando uma outra lacuna importante no sistema de investigação, que é a falta de mecanismos de monitoria, avaliação e respectiva documentação das actividades de investigação.

Ao fornecer informações sobre a investigação em saúde em Moçambique, este relatório reforça o compromisso do país em fortalecer o ambiente científico e melhorar a efectividade de gestão de recursos para futuras colaborações na investigação em saúde humana. Espera-se que este documento catalize acções para a melhoria de desempenho do sistema de investigação em saúde e promova uma utilização mais ampla e eficaz dos resultados da investigação no desenvolvimento de políticas e práticas de saúde que beneficiem a população moçambicana.

O INS agradece de forma especial, a todos os profissionais, instituições e parceiros que contribuíram para a elaboração do presente relatório.

O Director da Divisão de Investigação em Saúde e Bem-Estar


Sérgio Chicumbe

Acrónimos e abreviaturas

ANAPES	Agenda Nacional de Pesquisa
CISM	Centro de Investigação em Saúde de Manhiça
CSM	Comité para saúde de Moçambique
DISB	Divisão de Investigação em Saúde e Bem-Estar
INS	Instituto Nacional de Saúde
IP	Instituição Pública
IPGS	Instituição Pública de Gestão de Saúde
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ODK	Open Data Kit
ONG	Organização Não Governamental
REGISA	Plataforma Nacional de Registo de Investigação em Saúde
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
USTM	Universidade São Tomás de Moçambique

GLOSSÁRIO

Centros de Investigação: são unidades institucionais, geralmente associadas a universidades, institutos ou organizações independentes, dedicadas à produção, desenvolvimento e difusão do conhecimento científico e tecnológico em áreas específicas. Eles promovem actividades de pesquisa, inovação e, frequentemente, colaboram com entidades públicas e privadas para a aplicação dos resultados obtidos [1].

Coordenador do Estudo: é responsável pelas actividades administrativas do estudo, em alguns casos pode ser o representante do Investigador Principal (IP) e dependendo da investigação, podem existir coordenadores específicos, por exemplo, coordenador clínico, laboratorial, coordenador do local de implementação do estudo [2].

Instituição de Ensino: organização, pública ou privada, dedicada à oferta de educação formal em seus diversos níveis, da educação básica ao ensino superior, com o objectivo de promover o desenvolvimento intelectual, social e profissional dos indivíduos por meio da transmissão e produção de conhecimento [3].

Instituição de Investigação: refere-se a um grupo heterogéneo de organizações de investigação com diferentes graus de influência Governamental e do Sector Privado nas suas actividades de investigação e financiamento. As diferentes Instituições de Investigação, dependendo do seu perfil particular, desempenham uma variedade de funções e incluem a investigação básica e aplicada, apoio político, formação, transferência de conhecimento e tecnologia, e normalização e certificação [4].

Investigação no Contexto de Trabalho¹ : investigação realizada no âmbito do cumprimento de objectivos e/ou responsabilidades institucionais.

Investigação Formativa²: em saúde, é um tipo de investigação que tem como objectivo entender o contexto, as necessidades, as crenças e os comportamentos das pessoas em relação à saúde, com o intuito de desenvolver ou aprimorar programas de saúde, intervenções e políticas públicas. Assim como em outras áreas, a pesquisa formativa em saúde visa obter informações que ajudem a orientar a criação de estratégias mais eficazes e ajustadas às realidades locais, culturais e sociais da população [5].

Investigador : profissional responsável pela investigação, pelos direitos e pelo bem-estar físico e mental dos participantes. O investigador deve ter qualificações e competência para a realização da investigação proposta, de acordo com a legislação e regras locais em vigor e comprovadas por um Curriculum Vitae (CV) actualizado. Dependendo do seu papel este pode ser, Principal ou Co- Investigador [2].

Investigador Principal (IP): é um profissional responsável pela coordenação, supervisão e condução de um estudo podendo fazê-lo isoladamente ou em grupo, garantindo o cumprimento das normas de implementação de investigação locais e internacionais [2].

População Vulnerável: pessoa ou grupo de pessoas que tenham reduzida a capacidade de tomar decisões e de opor resistência na situação de investigação, em decorrência de factores individuais, psicológicos, económicos, culturais, sociais ou políticos, observado, em qualquer caso, o consentimento descrito para situações de vulnerabilidade [6,7].

1. Conceito considerado para efeitos do presente relatório.

2. A presente definição é anterior a Lei no 6/2023 de 8 de Junho, Lei de Investigação em Saúde Humana, portanto não considera os requisitos definidos na Lei e no seu respectivo regulamento. Os dados apresentados no presente relatório são referentes ao período anterior a Junho de 2023.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

A evidência científica informa políticas públicas de saúde, possibilita mudanças nas práticas de saúde e contribui para a redução de custos nas intervenções de saúde. Além disso, acelera o desenvolvimento e produção de novas tecnologias de saúde, essenciais para a segurança sanitária e para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, a produção científica em África, e particularmente na África Subsaariana, tem enfrentado desafios significativos, considerando os recursos financeiros limitados disponíveis [8]. As evidências científicas em todos os campos de investigação são escassas, principalmente na área de ciências de saúde [9,10].

Na última década, Moçambique esteve entre os países africanos com menor número de publicações científicas contribuindo apenas com 0,5% para o total de publicações do continente [11]. Por outro lado, quando se faz a mesma análise olhando para os países africanos de língua oficial portuguesa, o país ocupa a primeira posição na produção científica em todos os campos de investigação em saúde [9]. Embora o país se destaque em alguns contextos, há muito pouca investigação convertida em políticas de saúde.

Este relatório, produzido pelo Instituto Nacional de Saúde (INS), apresenta resultados do primeiro mapeamento das actividades de investigação em saúde humana realizadas por instituições nacionais em Moçambique. O objectivo é fornecer uma visão geral do cenário científico, identificando avanços e lacunas na produção de evidências para subsidiar futuros projectos de investigação e políticas na área.

A análise abrange projectos conduzidos entre 2017 e 2022, considerando publicações e projectos de investigação liderados ou com a participação de investigadores afiliados a instituições nacionais. Com isso, espera-se que o relatório contribua para o fortalecimento do ambiente científico e a definição de prioridades para a investigação em saúde no país.

1.2. Objectivos

- Descrever o panorama da investigação científica em saúde humana realizada em Moçambique.
- Identificar áreas com lacunas em termos de evidência científica no país.
- Gerar informação para promover colaborações futuras e atracção de recursos para a implementação da investigação no país.

2. METODOLOGIA

A recolha de informação, foi feita por equipas constituídas por pelo menos três profissionais da área da saúde, representando o nível central (2) e provincial (1). A informação foi colhida em todas as províncias de Moçambique. O processo obedeceu a quatro fases (Figura 1): (1) Mapeamento das Instituições e elaboração de instrumentos de recolha de dados, (2) Recolha de dados, (3) análise de dados e (4) redacção do relatório.

A primeira fase consistiu no mapeamento de instituições de investigação no país com base em relatórios de investigação, artigos publicados e com recurso a base de dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). De seguida foram desenvolvidos instrumentos de recolha de dados, incluindo um questionário online para recolha de dados sobre os perfis das instituições e de investigadores. Igualmente, foi desenvolvido um formulário em Excel que permitiu a recolha detalhada de dados das propostas de investigação referentes ao período de 2017 – 2022 (vide anexo III). A elaboração dos instrumentos foi feita com base na análise de relatórios de projectos de investigação de várias instituições e da Agenda Nacional de Pesquisa em Saúde (ANAPES).

A segunda fase consistiu na partilha dos instrumentos de recolha de dados por email para as instituições previamente mapeadas. Esperava-se que estas instituições preenchessem e partilhassem com o INS-Sede o questionário online e o formulário em excel, no entanto a taxa de resposta observada foi baixa (16%). Como estratégia para o incremento da taxa de resposta, procedeu-se com a implementação de um inquérito que consistiu em, compor equipas de busca activa de dados nas instituições de investigação e preenchimento dos formulários enviados pre-viamente. Adicionalmente, uma equipa da DDivSB foi responsável por monitorar a qualidade de dados e garantir a limpeza contínua dos mesmos. A monitoria da qualidade de dados em tempo real, consistiu na verificação do preenchimento dos formulários de recolha de dados submetidos pelos respondentes com foco principal no questionário online que era preenchido pelas instituições sem, muita acção das equipas de busca activa enviadas para o terreno. A equipa de monitoria verificava se cada resposta dada correspondia a questão feita, a ortografia e a completude dos dados.

Na terceira fase, foi realizada a limpeza final e análise de dados em sessões de trabalho específicas, depois de realizada a integração das duas bases de dados. Estas sessões de trabalho contaram com a participação de uma equipa multidisciplinar a nível do INS. Durante a limpeza final dos dados integrados, foram feitas chamadas aos respondentes de modo a garantir o preenchimento de lacunas de dados e/ou revisão de dados não claros identificados na base.

Na análise dos dados quantitativos, foi utilizado o pacote estatístico SPSS versão 28 para gerar estatísticas descritivas e o Power BI para gerar gráficos de barras, linhas e dispersões e

criar mapas que representam a distribuição geográfica dos dados analisados. Foi igualmente feita a análise de conteúdo para os dados qualitativos, com recurso ao Microsoft Excel, versão 25. Por fim, procedeu-se com a escrita do relatório em oficinas de trabalho, seguidas de revisões e aprovação do documento.

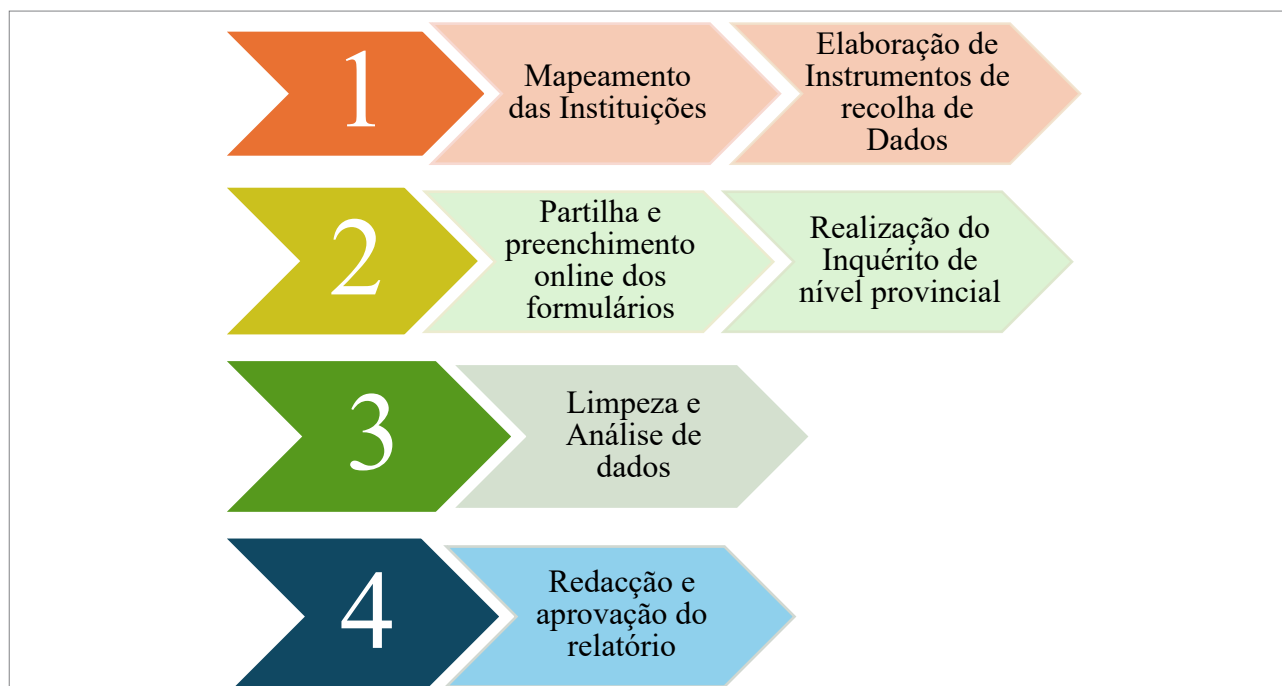


Figura 1: Processo de elaboração do relatório nacional de investigação em saúde humana

3. RESULTADOS

Do mapeamento realizado foram identificadas um total de 197 instituições que actuam na área da saúde em Moçambique, com acções na área de investigação e/ou na área programática. Foram enviadas cartas físicas e/ou email para todas estas instituições, 107 (54.3%) responderam ao contacto feito pelo INS e destas, 99 (92.5%) correspondente a 50.3% das 197 instituições mapeadas confirmaram a sua actuação na área de investigação e partilharam os dados solicitados. As remanescentes 8 (7.5%) que responderam ao contacto formulado pelo INS, referiram não actuar na área de investigação em saúde.

Embora tenham sido implementadas acções de monitoria e garantia da qualidade de dados das respostas partilhadas pelas instituições, foram identificados problemas incontornáveis na completude dos dados de determinadas conforme descrito a seguir:

- Grau académico dos investigadores: 34 (34.3%);
- Âmbito da investigação: 564 (25.4%);
- Papel do investigador da instituição na investigação: 756 (34%);
- Faixa etária de participantes: 23 (1%);
- Sexo de participantes: 9 (0.5%);
- Perfil de participantes (característica particular): 909 (40.9%);
- Tipo de financiamento: 1337 (60%);
- Orçamento: 1969 (88.4%);
- Fonte de financiamento: 2051 (92.1%);
- Cobertura: 868 (39%);
- Estágio da investigação: 943 (42.3%);
- Divulgação de resultados: 1308 (58.8%).

3.1. Instituições que realizaram investigação em saúde em Moçambique

Os dados apresentados no presente relatório são referentes as 99 instituições (anexo III) que responderam ao inquérito e que realizaram investigação em Saúde Humana em Moçambique no período de 2017-2022. Dentre as 99 instituições, foram identificadas instituições de ensino (33/99), institutos e centros de investigação (14/99), hospitais (4/99), Organizações Não Governamentais (ONG) (42/99) e instituições públicas de gestão de saúde (6/99) (Gráfico 1).

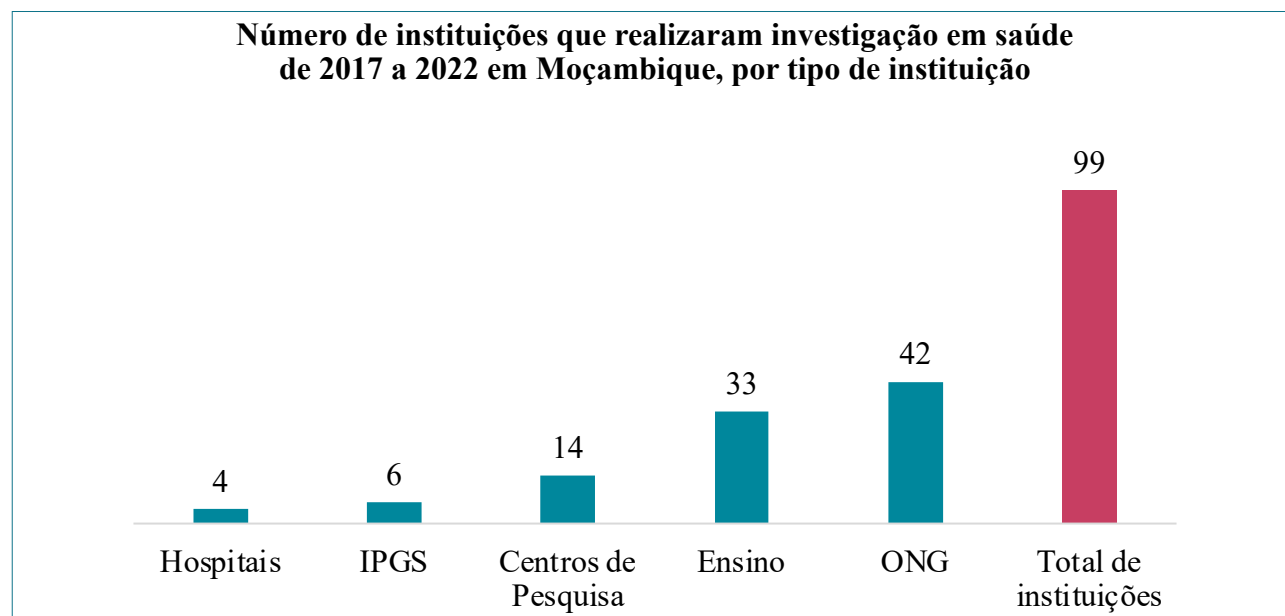


Gráfico 1: Instituições de investigação e de ensino que realizaram investigação em saúde de 2017 a 2022 em Moçambique, por tipo de instituição

3.2. Distribuição das instituições que realizaram investigação em saúde por província

Desagregando por província, a Cidade de Maputo apresenta o maior número de instituições de investigação em saúde (29/99), enquanto as províncias de Maputo (3/99) e Gaza (3/99) apresentam o menor número (Figura 2).



Figura 2: Distribuição das instituições que realizaram investigação em saúde, por província

3.3. Distribuição do número de projectos de investigação por província

Foram identificados 2.226 projectos de investigação, de 2017 a 2022 sendo que a Cidade de Maputo possui o maior número de projectos no período em análise (849/2226) (Gráfico 2).

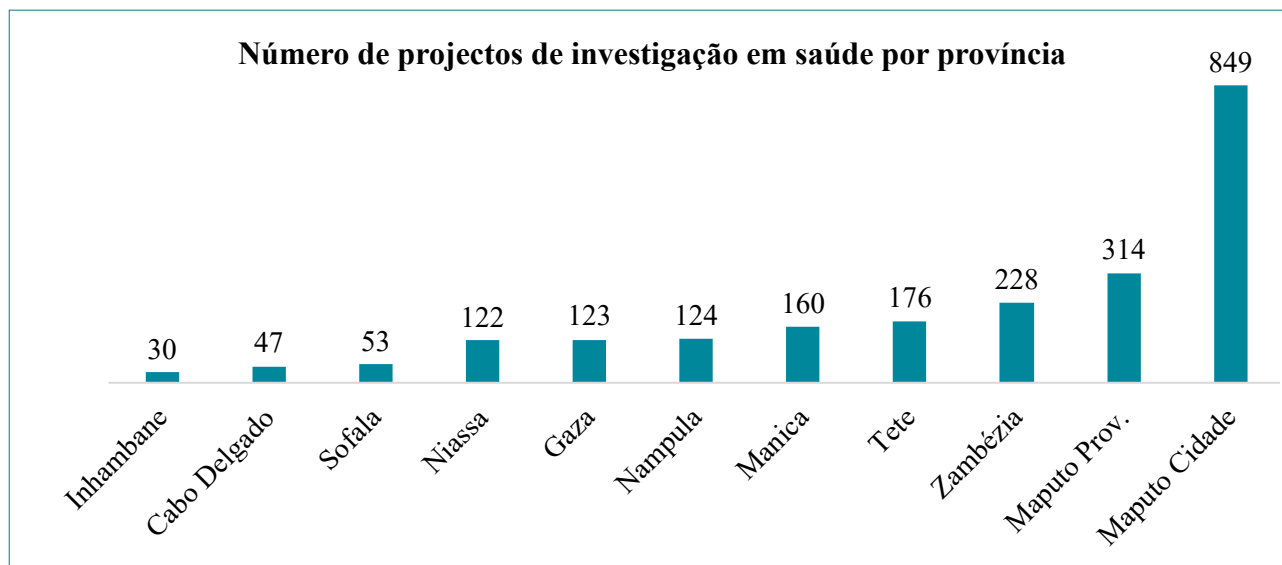


Gráfico 2: Distribuição do número de projectos de investigação por província de 2017 a 2022 (n=2226)

As instituições de ensino, institutos e centros de investigação foram os que reportaram o maior número de projectos de investigação, com destaque para a Faculdade de Medicina da UEM (552/2226) e para o INS (272/2226) (Gráficos 3 e 4).

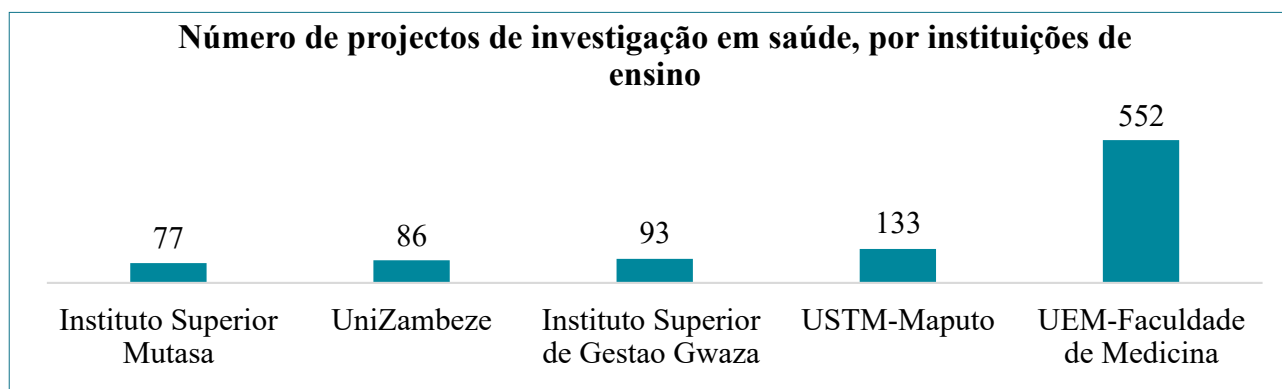


Gráfico 3: Primeiras cinco, instituições de ensino com maior número de projectos de investigação em saúde, implementados de 2017 a 2022 (n=2226)



Gráfico 4: Primeiros cinco Institutos e Centros de Investigação com maior número de projectos de investigação em saúde, implementados de 2017 a 2022 (n=2226)

3.4. Perfil de Investigadores que realizam investigação em saúde em Moçambique

3.4.1. Sexo e faixa etária

Os dados revelam que a maioria dos investigadores que realizam investigação em saúde no país é do sexo masculino e está na faixa etária dos 35-44 anos de idade (Gráfico 5).

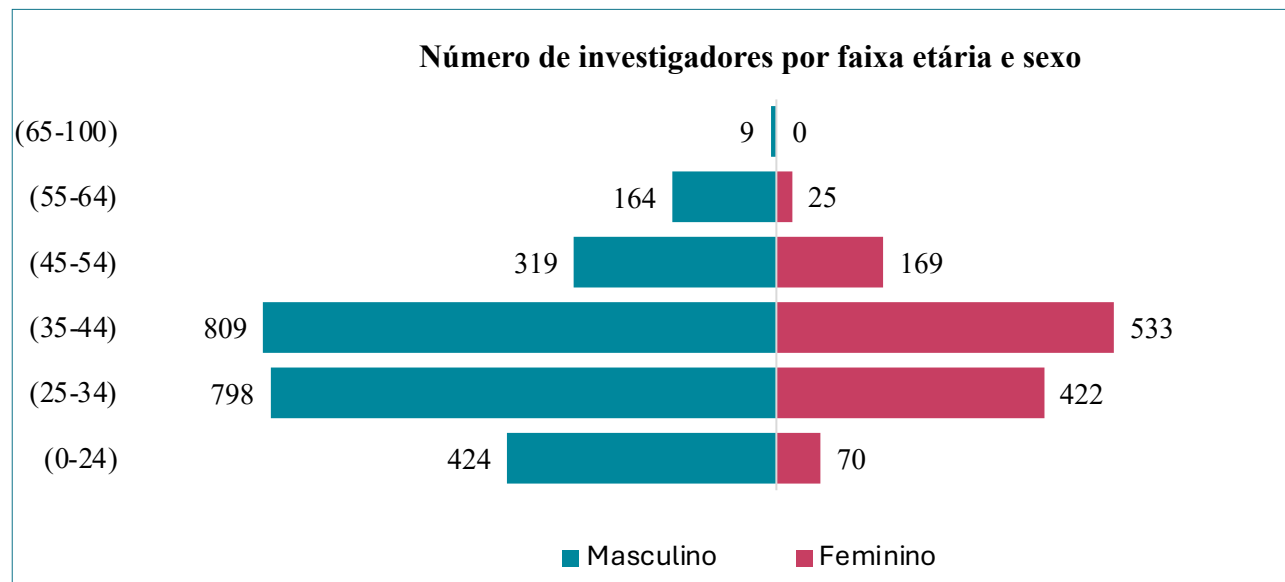


Gráfico 5: Distribuição de Investigadores afiliados as instituições por faixa etária e sexo

3.5. Investigação em saúde realizada em Moçambique por Área Temática descrita na ANAPES

A ANAPES definiu a lista de prioridades de investigação em saúde no país para o período de 2017-2022. Dos 2.226 projectos de investigação reportados no período em análise, distribuídos pelas sete áreas temáticas da ANAPES, observou-se a predominância da área de doenças infecciosas (583/2.226), e em contrapartida, a área de ensaios clínicos apresentou o menor número de projectos de investigação (40/2.226), (Gráfico 6).

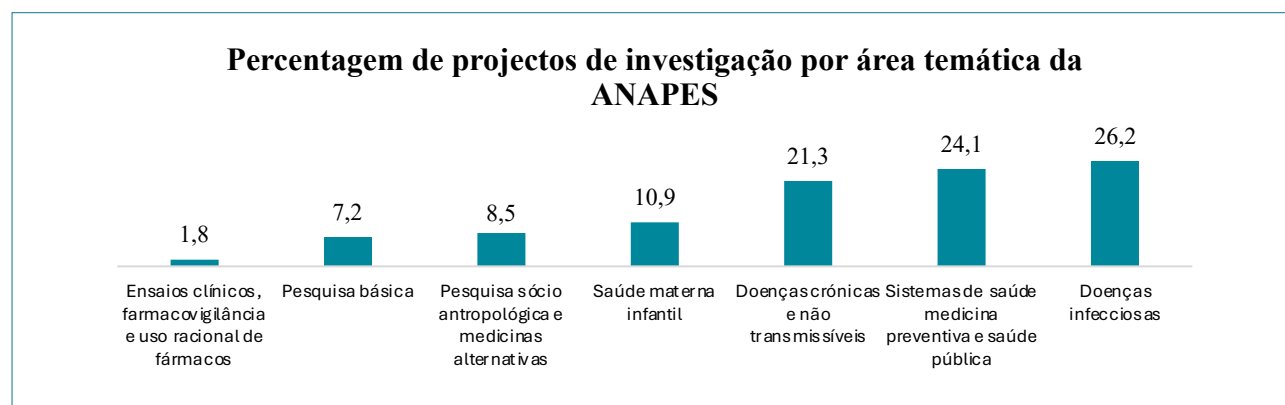


Gráfico 6: Percentagem de projectos de investigação por área temática da ANAPES, 2017-2022 (n=2226)

3.6. Projectos de investigação por âmbito

De acordo com o gráfico 7, a maioria dos projectos de investigação em saúde em Moçambique, são realizados no âmbito da aquisição de grau académico (50.3%), o que indica que grande parte das investigações são realizadas no contexto de formação. São, também desenvolvidos projectos de investigação no contexto de trabalho (42.7%), evidenciando uma ligação entre a investigação e a prática profissional. Apenas 1,3% dos projectos têm como finalidade a aplicação para financiamento, indicando, assim que poucos são direccionados para a aplicação para financiamento.

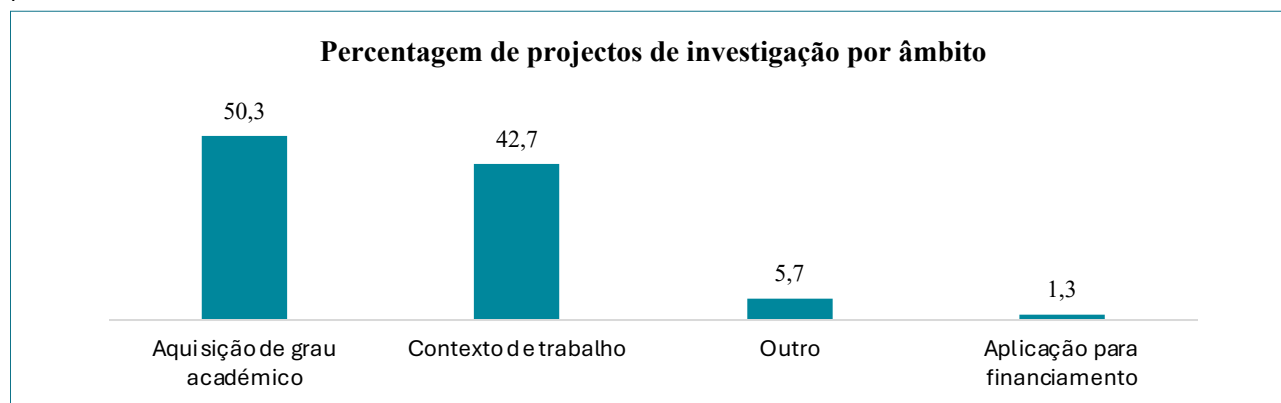


Gráfico 7: Projectos de investigação por âmbito, 2017-2022 (n=1662)

3.7. Projectos de investigação com aprovação ética e autorização administrativa

No período entre 2017 e 2022 mais da metade dos projectos de investigação (55.2%), foram realizados sem aprovação ética e mais de dois terços (77.7%), não tiveram a autorização administrativa para a sua implementação (Gráfico 8). Embora no levantamento feito não tenham sido avaliados os motivos, para a realização de projectos de investigação sem as devidas aprovações regulatórias, é importante referir que uma parte significativa de projectos foram realizados por estudantes no âmbito do trabalho de final de curso nas suas instituições de ensino.

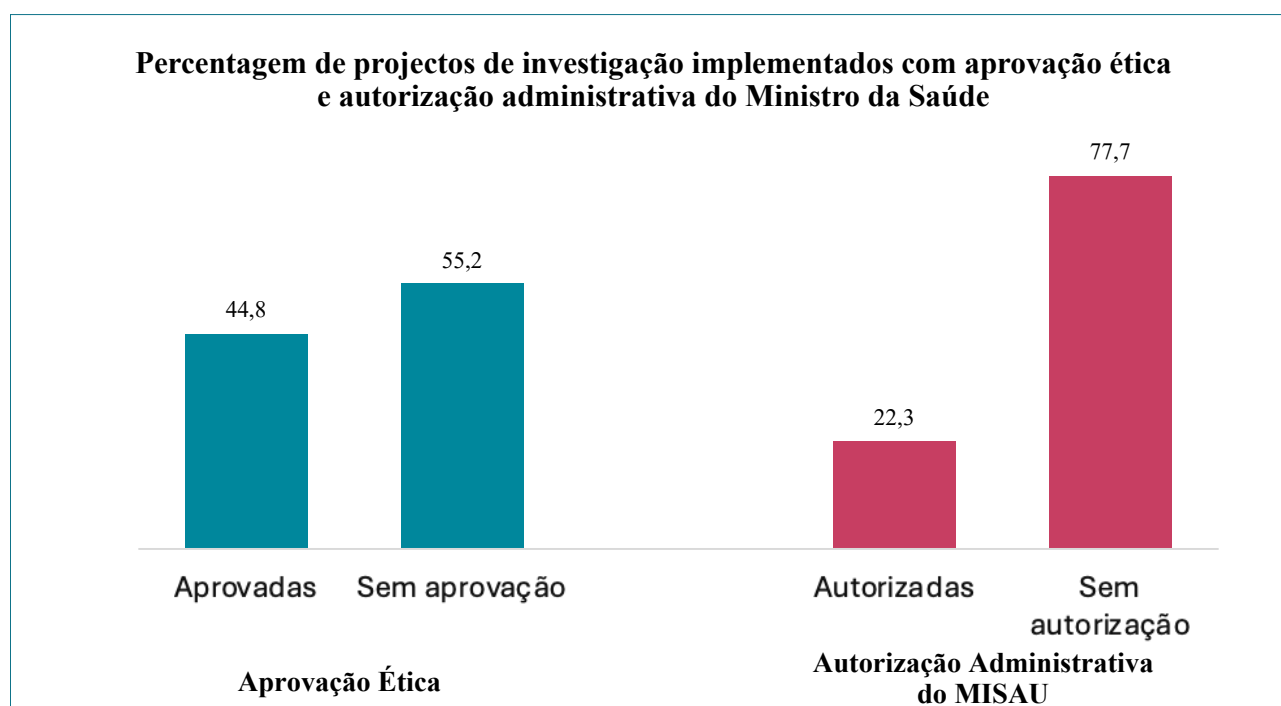


Gráfico 8: Projectos de investigação implementados com aprovação ética e autorização administrativa do Ministro da Saúde, 2017-2022 (n=1201)

3.8. Papel do investigador nos projectos de investigação em saúde

Os investigadores das instituições incluídas neste levantamento assumiram, em sua maioria, o papel de investigador principal nos projectos de investigação realizados (1147/1470) (Gráfico 9).

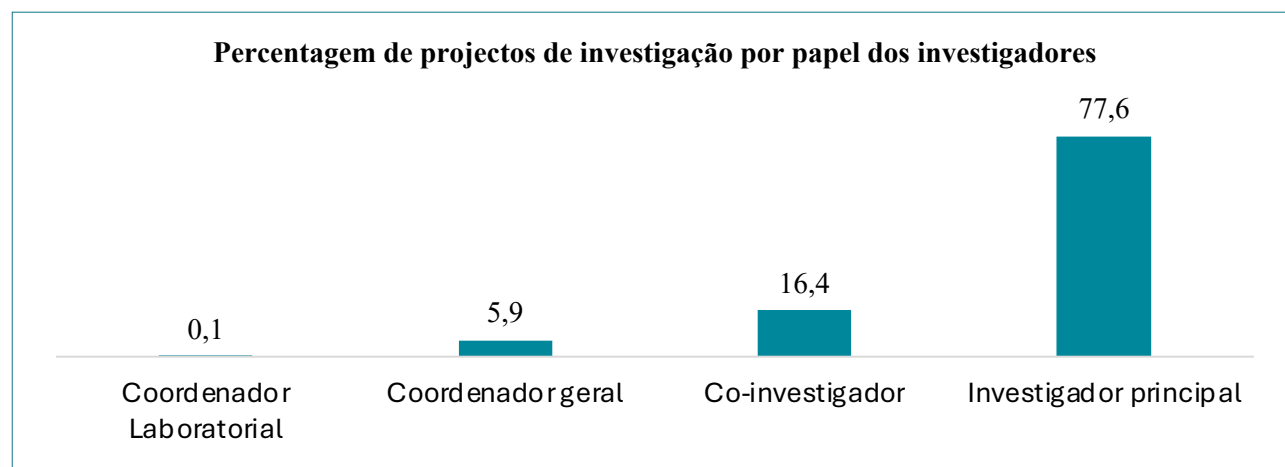
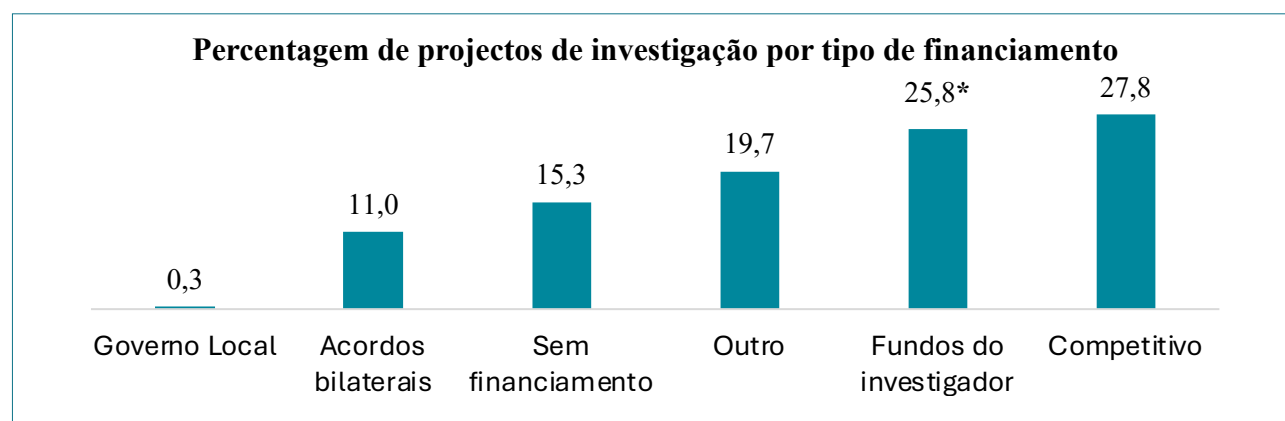


Gráfico 9: Papel dos investigadores nos projectos de investigação reportados no período de 2017 a 2022 apresentado em percentagens (n=1470)

3.9. Financiamento dos projectos de investigação em saúde em Moçambique

Os projectos de investigação foram realizados com recurso a vários tipos de financiamento, com destaque para o financiamento competitivo (27.8%) e o financiamento próprio por parte dos investigadores (25.8%), (Gráfico 10).

Embora não tivessem sido avaliados os motivos por detrás do autofinanciamento pelos investigadores, é importante realçar que uma parte significativa dos projectos foi realizada por estudantes no âmbito dos trabalhos de fim de curso nas suas instituições de formação.



*Muitos projectos de investigação financiados pelos próprios investigadores são trabalhos de final de curso

Gráfico 10: Percentagem de projectos de investigação implementados por tipo de financiamento, 2017-2022 (n=889)

3.10. Área de cobertura de implementação dos projectos de investigação

No que diz respeito à abrangência geográfica dos projectos de investigação, cerca de metade (668/1358) teve abrangência distrital, seguida de projectos de abrangência nacional (293/1358), (Gráfico 11) mostrando que, a maior parte da investigação conduzida no período em análise tinha como foco responder a questões locais circunscritas aos distritos e ou localidades específicas.

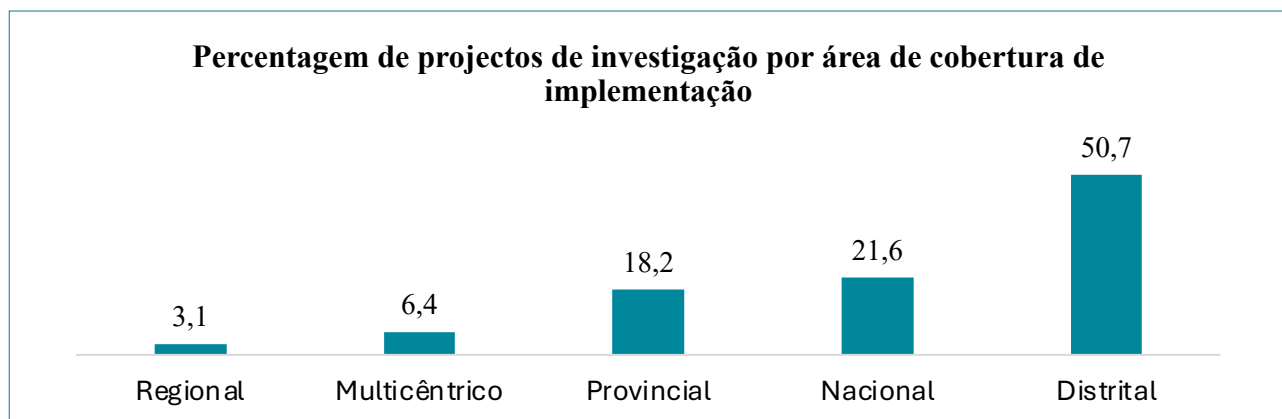


Gráfico 11: Percentagem de projectos de investigação por área de cobertura, 2017-2022 (n=1358)

A investigação em saúde foi implementada em diversos locais/ambientes, com destaque para o ambiente hospitalar (549/1350) e comunitário (355/1350). Verificou-se um número mais baixo de projectos de investigação realizados em ambiente escolar (62/1350) e prisional (03/1350) (Gráfico 12).

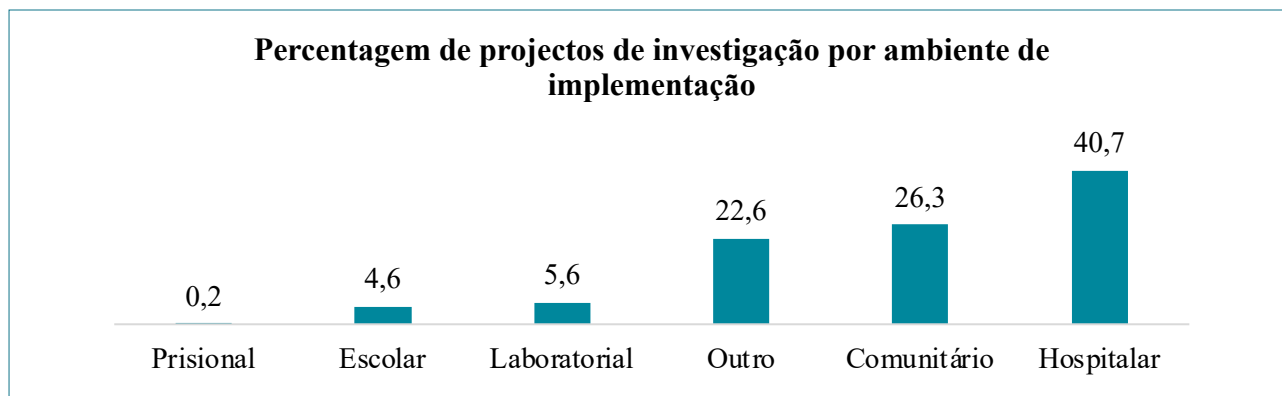
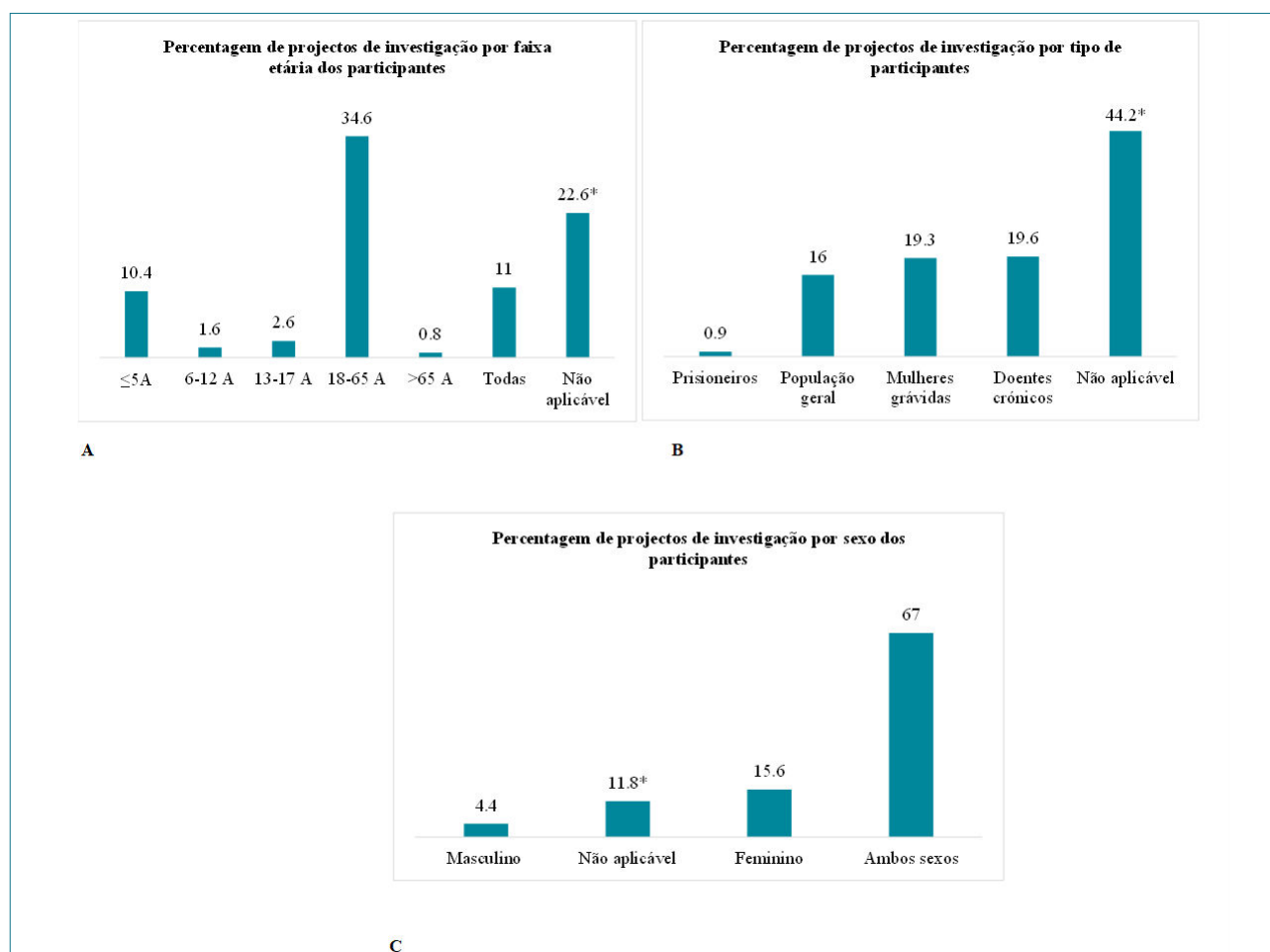


Gráfico 12: Percentagem de projectos de investigação por ambiente de implementação, 2017-2022 (n=1350)

3.11. Perfil de participantes dos projectos de investigação

Os projectos de investigação reportados apresentavam uma diversidade em termos de perfil dos participantes, com uma predominância de participantes de 18-65 anos de idade [34.6%, (343/992)], incluindo maioritariamente participantes de ambos sexos [67%, (818/1221)] e doentes crónicos [19.6%, (66/337)], seguido de mulheres grávidas [19.3%, (65/337)], (Gráfico 13).



* Não aplicável: projectos de investigação em saúde, que não incluíam seres humanos

Gráfico 13: Percentagem de projectos de investigação por perfil de participantes. A: por faixa etária dos participantes (n=992); B: por tipo de participantes (n=337); C: por sexo dos participantes, 2017-2022 (n=1221)

3.12. Divulgação de resultados dos projectos de investigação implementados

Ao longo dos seis anos em análise, observou-se uma tendência crescente no número de produtos científicos gerados de acordo com o que foi reportado pelas instituições respondentes, tendo o ano de 2022 apresentado o maior número de produtos científicos (384/1765). No período em alusão, destaca-se a publicação de artigos científicos (902/1765), com maior número observado nos anos de 2021 (186/902) e 2020 (171/902) segue-se a produção de relatórios científicos de investigação (786/1765), (Gráfico 14).

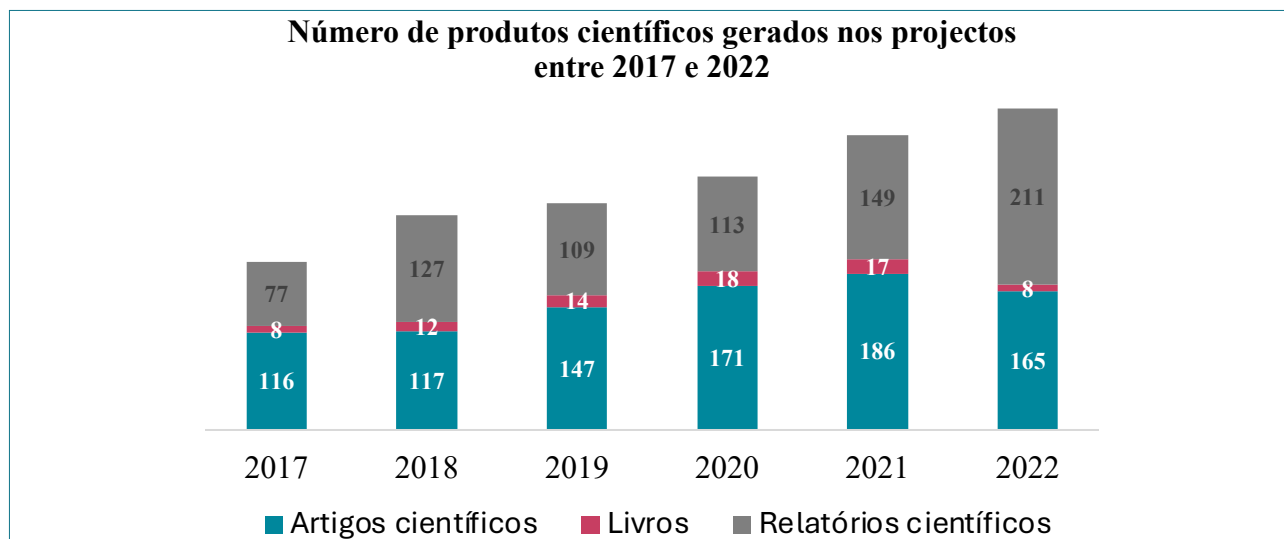


Gráfico 14: Publicações por tipo de documento científico (artigos científicos, livros e relatórios científicos) gerados nos projectos de investigação em saúde entre 2017 e 2022 (n=1765)

Embora a taxa de resposta seja baixa para a variável referente a outras formas de divulgação de resultados, no gráfico 16 é possível observar que houve maior divulgação de resultados em conferências internacionais [16.7%, (201, 1201)]. Uma menor percentagem de projectos de investigação foi apresentada e discutida com fazedores de políticas [2%, (23, 1201)] (Gráfico 15).

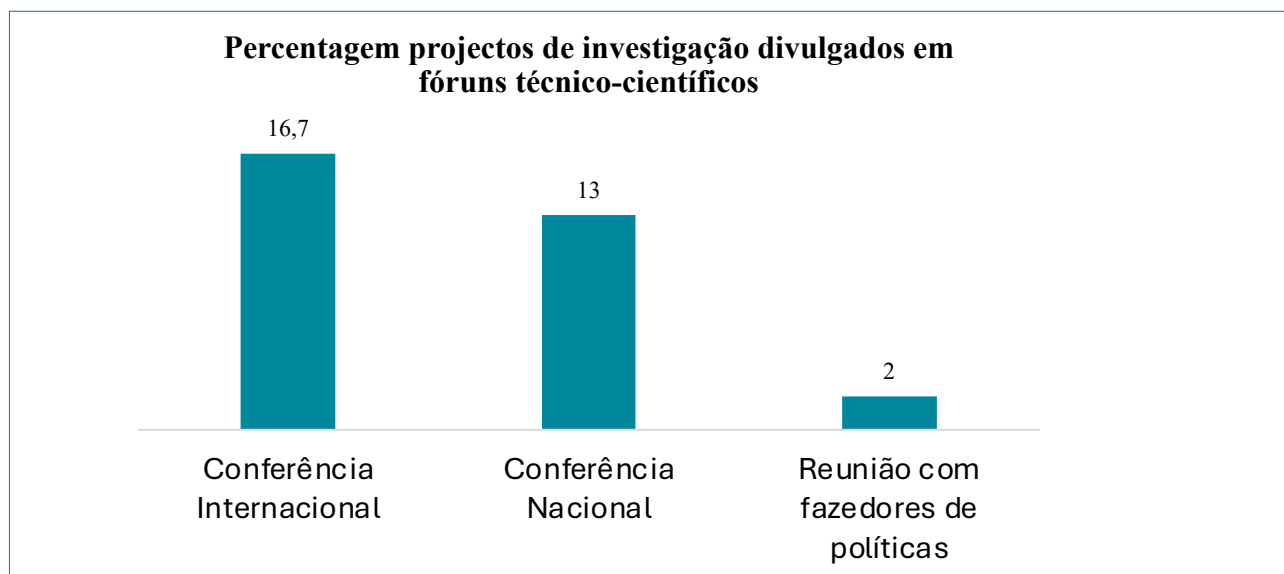


Gráfico 15: Percentagem de projectos de investigação em saúde cujos resultados foram divulgados em fóruns técnico-científicos (conferências e reuniões), 2017-2022 (n=1201)

3.13. Uso de Evidências Científicas para Formulação de Política de Saúde em Moçambique

Relativamente ao uso de evidências científicas para a formulação de políticas de saúde, todas as instituições respondentes concordaram que as evidências científicas ajudam na formulação de políticas de saúde. No entanto, somente 30 das 99 (30.3%) instituições responderam que os projectos de investigação por elas implementados impactaram em alguma política de saúde e nestas apenas seis projectos foram listados como tendo tido algum impacto nas políticas de saúde, conforme pode-se detalhar abaixo:

1. Os resultados da investigação ***“Avaliação da Implementação da Abordagem de Integração de Cuidados de Saúde Mental Para Indivíduos HIV + Com Doenças Mentais nos Cuidados Primários de Saúde, na Cidade da Beira, Centro De Moçambique (CETA)”***, foram usados na, ***“(...) criação e validação de 3 Instrumentos de avaliação da ansiedade e depressão nos Cuidados de Saúde Primários dos pacientes HIV+ com Doenças Mentais”***. P-CSM
2. Os resultados da investigação ***“Early Child development”***, foram usados na, ***“(...) criação de um fórum de coordenação do Desenvolvimento da Primeira Infância entre organizações que trabalham nesta área”***. P-DMI
3. Os resultados da investigação ***“Análise Situacional da Qualidade de Prestação de Serviços e Envolvimento da Comunidade para Maior Uso do Planeamento Familiar na Província de Maputo, Moçambique”***, apoiou na elaboração da ***“(...) Política de Saúde Sexual Reprodutiva componente da contracepção”***. P-ICRH-Moçambique
4. Os resultados da investigação ***“Avaliação da contribuição da cooperação da Associação Moçambicana de Pediatras (AMOPE) no tratamento da desnutrição aguda com complicações médicas na província de Nampula de 2017 a 2022.”***, foram usados para, ***“(...) Melhoria e actualização do Protocolo do Programa de Reabilitação Nutricional”***. P-IIAM
5. Os resultados da investigação ***“Inquérito domiciliar sobre os conhecimentos, atitudes e práticas de mulheres jovens e homens em relação as dinâmicas de género e planeamento familiar”***, foram usados na, ***“(...) elaboração da Política Nacional de Saúde da Mulher e da Criança”***. P-PATHFINDER - SUCURSAL TETE
6. Os resultados da investigação ***“Avaliação realista comparativa de diferentes modelos de intervenção na implementação das casas de espera para mulheres grávidas em Inhambane, Moçambique”***, foram usados na, ***“(...) Melhoria dos serviços de saúde materna e melhoria do uso de casas de espera para mulher grávida”***. P-Projecto saúde materna Moçambique – Canada).

4. PRINCIPAIS ACHADOS, DESAFIOS, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1. Principais Achados

Este relatório abordou o estado da investigação em Saúde Humana em Moçambique entre 2017 e 2022. Cerca de 50% das instituições mapeadas não respondeu aos questionários e dentre os outros 50% não foi possível obter todas as informações solicitadas para a maioria das instituições, fazendo com que algumas variáveis, como o tipo de financiamento, as faixas etárias da população de estudo, entre outras, tivessem informação em falta. Para os resultados obtidos na presente análise destacam-se abaixo os seguintes achados:

- As instituições de investigação encontram-se maioritariamente na zona sul, especificamente na Cidade de Maputo (849) e Província de Maputo (334);
- Os investigadores são maioritariamente do sexo masculino e têm entre 25 e 44 anos de idade;
- As instituições com o maior número de projectos de investigação na área de saúde são a Faculdade de Medicina da UEM e o INS;
- A maioria dos investigadores tinha o grau de mestrado e os projectos de investigação realizados no país foram principalmente para a obtenção de um grau académico;
- A maioria dos projectos de investigação abrangem as sub-áreas dentro das Doenças Infecciosas, sendo as sub-áreas dentro dos Ensaios Clínicos, Farmacovigilância e Uso Racional de Fármacos, as menos estudadas;
- Os participantes dos estudos foram maioritariamente adultos entre 18 e 65 anos;
- Os estudos foram financiados maioritariamente por fundos competitivos e fundos próprios dos investigadores, tendo sido menos de 0,5% financiados por fundos do Orçamento do Estado;
- Cerca de metade dos estudos não tinha aprovação ética e mais de dois terços não tinha autorização administrativa;
- O número de artigos científicos publicados é baixo, embora tenha se verificado uma tendência crescente no número ao longo dos anos.
- A divulgação de resultados de investigação de um modo geral mostrou-se incipiente.
- Há pouca socialização dos resultados de investigação com fazedores de políticas, adicionalmente dos resultados de investigação socializados apenas uma baixa percentagem teve impacto sobre as políticas de saúde.

4.2. Desafios

Foram registados desafios em diferentes fases deste trabalho, nomeadamente durante a interacção com as instituições e recolha de dados. Seguem abaixo os principais desafios:

- Inexistência de sistemas estruturados para a recolha e gestão da informação na maioria das instituições que realizam investigação em saúde humana e consequente subnotificação da produção científica e de seu impacto nas políticas de saúde;
- Barreiras no acesso às informações sobre a investigação em Saúde Humana implementada pelas instituições mapeadas, o que levou a uma baixa taxa de resposta;
- Falta de clareza na caracterização de determinadas actividades como sendo de investigação. Durante o processo de recolha de dados, foi observado que algumas instituições que realizam avaliações de programas, tecnologias ou políticas de saúde não reconheciam essas actividades como parte do escopo da investigação. Isso dificultou a identificação e a consolidação de dados relevantes para o presente relatório.

- Falta de recursos financeiros para a deslocação dos técnicos de recolha de dados às províncias, o que fez com que a informação fosse inicialmente recolhida por formulários online e com a consequente baixa taxa de resposta;
- Falta de clareza no que diz respeito a informação solicitada para o preenchimento de determinadas variáveis, o que levou ao preenchimento deficitário dos instrumentos de recolha de dados.

4.3. Limitações

Pelos vários desafios listados acima, destacando-se a insuficiência de acervos organizados e/ou falha na gestão dos relatórios dentro das instituições, recomenda-se que os dados apresentados neste relatório sejam analisados com cautela. Os mesmos reflectem apenas o que foi reportado pelas instituições sendo que podem não espelhar o que realmente é gerado em termos evidências. A título de exemplo, para os artigos científicos, uma busca no PubMed apresenta um número de artigos quatro vezes acima dos números reportados pelas instituições neste relatório. Embora nestes números quatro vezes acima dos reportados possam existir artigos publicados com dados do país, mas que não tem nenhum investigador ou instituição moçambicana envolvida na autoria dos mesmos, estes casos representam uma minoria.

4.4. Recomendações

#Ordem	Recomendação	Responsável	Prazo
1	Massificar a literacia da LISH e regulamentos específicos e da AGISA	Instituições reguladoras	Imediato e contínuo
2	Garantir a monitoria e fiscalização da Investigação realizada em todo país de forma periódica e incluir equipas locais no processo	Instituições reguladoras	Contínuo
3	Encorajar as instituições de investigação em saúde humana a criar mecanismos sistematizados de controlo e registo de projectos de investigação realizados	INS	Imediato e contínuo
4	Orientar os investigadores a registarem os seus projectos de investigação na Plataforma Nacional de Registo de Investigação em Saúde Humana (REGISA)	Todas instituições que realizam investigação em Saúde Humana em Moçambique e instituições reguladoras	Imediato e contínuo
5	Promover a realização de treinos para a implementação de projectos de investigação em saúde humana	Todas instituições que realizam investigação em Saúde Humana em Moçambique e instituições reguladoras	Contínuo
6	Garantir o cumprimento das normas definidas na LISH e documentos subsequentes para a implementação de investigação em saúde humana no país	Todas instituições que realizam investigação em Saúde Humana em Moçambique	Imediato
7	Manter actualizada a lista de instituições que realizam investigação em Saúde Humana no país	Ministério que superintende a área de investigação no país e o INS	Imediato
8	Promover o financiamento inkind pelo OE	Ministério que superintende a área de investigação no país	Contínuo
9	Promover fóruns de discussão de resultados de investigação com fazedores de políticas	Investigadores e INS	Contínuo
10	Melhorar os instrumentos de recolha de dados para o relatório de investigação em saúde	INS	Imediato

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Guia para a criação e gestão de centros de pesquisa [Internet]. Paris: UNESCO; 2014 [citado 2025 abr 29]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>
2. Instituto Nacional de Saúde M. Guias e Normas para a Realização de Pesquisa no Instituto Nacional de Saúde-INS. 2019.
3. Conselho de Ministros de Moçambique. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Estratégia de Implementação. Sect. I Série, n.o 142, Resolução n.o 39/2024 Jul 23, 2024.
4. Brasil. Ministério da Educação. Glossário de termos educacionais [Internet]. Brasília: MEC; 2006 [citado 2025 abr 29]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>
5. Israel BA, Schulz AJ, Parker EA, Becker AB, Community-Campus Partnerships for Health. Community-based participatory research: policy recommendations for promoting a partnership approach in health research. *Educ Health Abingdon Engl*. 2001;14(2):182–97.
6. Bracken-Roche D, Bell E, Macdonald ME, Racine E. The concept of ‘vulnerability’ in research ethics: an in-depth analysis of policies and guidelines. *Health Res Policy Syst* [Internet]. 2017 Feb 7 [cited 2025 Jan 10];15(1):8. Available from: <https://doi.org/10.1186/s12961-016-0164-6>
7. World Medical Association Declaration of Helsinki: Ethical Principles for Medical Research Involving Human Subjects. *JAMA* [Internet]. 2013 Nov 27 [cited 2025 Jan 10];310(20):2191. Available from: <http://jama.jamanetwork.com/article.aspx?doi=10.1001/jama.2013.281053>
8. Sooryamoorthy R. The production of science in Africa: an analysis of publications in the science disciplines, 2000–2015. *Scientometrics* [Internet]. 2018 Apr 1 [cited 2025 Jan 9];115(1):317–49. Available from: <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2675-0>
9. Pereira TS, Confraria H. Mapping of Health Sciences Research and Funding: Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and Sao Tome and Principe (MAPIS PALOP) : General Report [Internet]. Calouste Gulbenkian Foundation; 2022 [cited 2025 Jan 9]. Available from: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/104830>
10. Chissaque A, Guimarães E, Limaymanta CH, Conjo C, Sebastião Capece BP, Gonçalves L, de Deus N, Craveiro I. Post-independence health research productivity in Portuguese-speaking African countries: A bibliometric analysis of 43 years of research and higher education in Mozambique. *Heliyon*. 2024 Aug 15;10(15):e35767.
11. Nordling L. Africa science plan attacked. *Nature* [Internet]. 2014 Jun 1 [cited 2025 Jan 9];510(7506):452–3. Available from: <https://www.nature.com/articles/510452a>

6. ANEXOS

- I. Formulário de recolha de dados partilhado online em ODK.
- II. Formulário de recolha de dados criado em excel e partilhado por email.
- III. Lista de instituições envolvidas em projectos de investigação em saúde a nível nacional por área temática. Aceder através do link: <https://shorturl.at/mzOO3> ou através do QR Code a seguir:



I. Formulário de recolha de dados partilhado online em ODK.



INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE
Direcção de Investigação em Saúde e Bem-
Estar

Inquérito Sobre a Situação da Investigação
Científica em Saúde Realizada pelas
Instituições de Investigação e ONGs de
Moçambique

Período 2017-2022

Questionário

(A ser preenchido pelos investigadores e/ou
colaboradores chaves instituição)

1. IDENTIFICAÇÃO E ENDERENÇO DA INSTITUIÇÃO

Nome:	
Simgla:	
Indique a Província	
Indique o Distrito	
Indique a Localidade	
Av/Rua:	
Número:	
Telefone fixo:	
Telemovel:	
Email:	

2. INFORMAÇÃO DE INVESTIGADORES DA INSTITUIÇÃO|

2.1. Número de investigadores por faixa etária

Faixa etária	Número de Investigadores					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<25 anos						
25-34 anos						
35-44 anos						
45-54 anos						
45-54 anos						
55-65 anos						
>65 anos						

2.2. Número de investigadores por grau académico e nacionalidade

Grau académico	Investigadores Moçambicanos													Investigadores Estrangeiros												
	2017		2018		2019		2020		2021		2022		Total	2017		2018		2019		2020		2021		2022		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Licenciatura																										
Mestrado																										
Doutorado																										

3. INFORMAÇÃO DAS PESQUISAS REALIZADAS PELOS INVESTIGADORES DA INSTITUIÇÃO

3.1. Número de pesquisas por áreas e sub-áreas temáticas para pesquisa em saúde (conforme descrito na ANAPES)

Responda na tabela em anexo, seleccionando a opção correspondente

Área temática	Sub-área	Número de pesquisas	Total
Area 1			
Area 2			
Area 3			
Area 4			
Area 5			
Area 6			
Area 7			

3.2. Número de pesquisas em relação ao estágio de aprovações éticas e administrativas

Categoria		Ano					
		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Aprovação Ética	N. Pesquisas Submetidas para aprovação						
	N. Pesquisas aprovadas						
Aprovação Administrativa	N. Pesquisas Submetidas para aprovação						
	N. Pesquisas aprovadas						
Total							

3.3. Lista de pesquisas vs ponto de situação (fases de implementação), financiamento e perfil dos participantes

Responda na tabela em anexo, colocando "x" na opção correspondente' se encontrando e/ou descrevendo os campos necessários

3.4. Pesquisas finalizadas vs do produto da pesquisa

Produto de pesquisa	Ano						Total
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Relatórios científicos							
Artigos científicos							
Livros							
Capítulos em livros							

3.5. Número de pesquisas por modelo de divulgação

Modelo de divulgação		Ano						Total
Conferências nacionais	Apresentação oral	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
	Poster							
Conferências internacionais	Apresentação oral							
	Poster							

4. IMPACTO DA PESQUISA NA MELHORIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE EM MOÇAMBIQUE

4.1. Os resultados de pesquisas realizadas pelos investigadores da instituição tem se refletido na mudança de políticas de saúde em Moçambique? ~~De acordo de forma oral~~

4.2. Tabela contendo o título da pesquisa e ~~política afetada~~.

Título da Pesquisa	Política afetada

5. Dados do responsável pelo preenchimento do questionário

Nome	
Função/Cargo	
Telemovel	
Email	

II. Formulário de recolha de dados criado em excel e partilhado por email.

[illegible]

